

A SEXUALIDADE TAMBÉM TEM HISTÓRIA: COMPORTAMENTOS E ATITUDES SEXUAIS ATRAVÉS DOS TEMPOS

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Quando pensamos em questões envolvendo sexo ou quando nos deparamos com situações sexuais que nos levam a tomar alguma posição, (seja para concordar, para conter ou reprimir) não ocorre à maioria das pessoas que aquele pensamento, atitude ou comportamento talvez tenha sido normal ou natural em alguns períodos. Ou ainda, contido e negado em outras épocas. A maneira como as civilizações entendiam e lidavam com comportamentos, valores e normas ligados ao sexo nunca foram iguais e, tampouco, constantes. Cada cultura e momento histórico viam e viviam sua sexualidade diferentemente. Inclusive, o pensamento sexual ocidental é fruto, em grande parte, das concepções e valores do século XIX. Um período muito próximo de nós e que nada tinha em comum com as práticas e atitudes sexuais da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna. Em dez mil anos de história, a relação sexo - humanidade sempre foi extremamente complexa, pois envolveu (e envolve) questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, determinadas diferentemente em cada povo e época. Daí o título deste artigo, pois a sexualidade também tem história. Tão longa quanto a da humanidade, aliás uma vinculada à outra. Afinal, sem sexo não teríamos história, aliás nós nem existiríamos.

Primeiramente, precisamos fazer uma distinção entre sexo e sexualidade.

A **sexualidade**, no nosso entender, é um conjunto de fatos, sentimentos e percepções vinculados ao sexo ou à vida sexual. É um conceito amplo, que envolve a manifestação do impulso sexual e o que dela é decorrente: o desejo, a busca de um objeto sexual, a representação do desejo, a elaboração mental para realizar o desejo, a influência da cultura, da sociedade e da família, a moral, os valores, a religião, a sublimação, a repressão. Em sua essência, a sexualidade é biológica, e tem como objetivo primordial – aqui com o significado de fonte, princípio, origem – a perpetuação da espécie. Mas o ser humano, com o uso da razão e das outras faculdades mentais, pôde ir além do impulso biológico e usar a manifestação da sexualidade para outros fins. Mais precisamente, encontrou nela uma forma de dar e receber prazer. Essa sensação ocorre por intermédio do sistema nervoso central, é estimulado por sentimentos e fantasias sexuais e é decorrente de uma resposta sexual a um dado estímulo plantado em sua mente.

Já o **sexo** é um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos vinculados ao ato sexual, resultante das concepções existentes sobre ele. (Existe, é claro, o **sexo biológico**, que determina o macho e a fêmea de uma espécie, a partir de um conjunto de características hereditárias, físicas e biológicas que nasce com cada um. Tais características são determinadas já na fecundação do óvulo pelo espermatozoide, mas não é este conceito que nos interessa no momento).

O conceito de sexualidade só foi criado no século XIX e está voltado para o saber. A sexualidade refere-se a um saber sexual, decorrente da incitação à manifestação sexual verbal e

escrita que foi acentuada no século XIX. O sexo, por sua vez, está voltado para o fazer, ou seja, as práticas e atitudes sexuais no cotidiano do indivíduo e dos grupos. Tanto a significação da sexualidade quanto a prática do sexo são construídos culturalmente. Existe, então, uma dimensão sócio-cultural, alicerçada historicamente por normas e padrões que dá a todo indivíduo a percepção do que seja sexo e sexualidade. Ela será exemplificada quando estudarmos as diferentes culturas do ocidente.

ATITUDES E COMPORTAMENTOS SEXUAIS NA ANTIGUIDADE

Quando falamos nos antigos impérios, lembramos da Mesopotâmia, com os assírios, caldeus e babilônios; do Egito e a grandiosidade das pirâmides e dos faraós; da Grécia e a democracia e de Roma, que construiu dominou o mundo então conhecido. Na Babilônia, a mulher tinha posição social inferior ao homem, mas podia receber a herança paterna. Ocupava-se com várias atividades: cozinheiras, tecelãs, babás, sacerdotisas, adivinhas, dentre outras.

O divórcio era prerrogativa masculina, O homem podia se divorciar caso a mulher fosse estéril. A mulher infiel podia ser condenada à morte, mas o homem podia ter concubinas. No chamado Segundo Império Babilônico (de 625 a.C. a 536 a.C.) há registros sobre a ida da mulher, ao menos uma vez na vida, ao Templo de Milita. Após ter relações sexuais com um estranho em troca de uma moeda, entregava o dinheiro recebido ao tesouro do templo. Na Assíria, existiam templos com sacerdotisas que se entregavam sexualmente para sacerdotes e devotos. E na Caldéia havia o costume de oferecer as mulheres da casa para os hóspedes.

O Egito foi grande na visão positiva que tinha sobre sexo e no destaque que dava a figura da mulher, que alcançou liberdade sem igual-comparada às outras civilizações, No vocabulário egípcio não existia a palavra virgem, pois virgindade não fazia sentido para eles. A mulher podia ter relações sexuais antes,do casamento e isso não seria motivo para sua desonra. Havia também os contratos de casamento temporário, que poderia se tornar definitivo, ou o casal se separaria.

O que é interessante na cultura egípcia era o fato de a fidelidade ser urna das bases para o casamento. Daí a existência de práticas em que primeiro se testava o compromisso (casamento experimental) ou havia ligações passageiras antes de dar um passo definitivo. O adultério era falta grave: No divórcio, a mulher podia receber uma pensão, que garantia sua subsistência, ou recebia bens, sendo protegida da ganância do marido em separações abusivas. Por exemplo, nesta época era recomendado que um homem se separasse de sua mulher se ela fosse estéril (JACO, 2000).

No Egito antigo a mulher podia ocupar funções importantes, como médicas, escribas, administradoras de províncias, empresárias, proprietárias, e até ser faraó, como Hatchepsut e Tausert. Representações de mulheres em túmulos nos mostram uma capitã de barco, tecelãs, artesãs, donas de casa, altas funcionárias do Estado (JACO, 2000). Somente no declínio do, Império, quando Alexandre, o Grande, dominou o Egito e levou para lá a cultura helênica, foi que a mulher, pouco a pouco, cedeu à influência discriminatória grega.

De fato, há diferenças enormes entre a mulher grega e a mulher Egípcia, no tocante a seu *status*. Em Atenas as mulheres são submissas aos seus maridos, não podem sair sozinhas e tem um espaço na casa destinado a elas, o gineceu. Tem papel social definido – ser filha e mãe – e tem na casa e na família o seu mundo e a razão de sua existência.

Mas tabus de nossos dias, como a virgindade, inicialmente não existiam, como explica Vrissimtzis (2002, p. 29), sobre o Período Homérico:

A virgindade, enquanto detalhe anatômico, não era imprescindível às jovens. Em todas as passagens em que ocorre a palavra virgem (*parthénos*) ela denota simplesmente a moça não casada. Ao que tudo indica, a virgindade *per se* não era considerada um pré-requisito da futura noiva, Havia relações sexuais antes do casamento...

No Período Clássico, no entanto, as mulheres deveriam permanecer virgens até o casamento, que era voltado para a procriação. Não era comum a atração, sexual entre marido e mulher. Os homens se casavam em torno dos 30 anos e as mulheres com 16. Não se desejava aos noivos que se amassem ou que fossem fiéis, como no nosso **até que a morte os separe**. O divórcio era concedido em caso de adultério, se a mulher fosse estéril ou se fosse vítima de violência por parte do marido. Mas, para ela, em termos práticos, o divórcio não era uma boa solução. Sua condição de divorciada tornava-se pública e ela não seria bem vista.

Em Esparta, todavia, a autonomia da mulher era maior e seu *status* era muito diferente do das atenienses. As meninas e os meninos espartanos eram educados juntos e os exercícios físicos realizados conjuntamente. As espartanas usavam saias curtas, que deixavam as pernas à mostra, enquanto que as atenienses usavam longas túnicas. A espartana gozava de uma relativa liberdade, havia, inclusive, escolas especiais destinadas à sua educação.

Havia, na Grécia, uma classe de mulheres independentes, educadas, possuidoras de boas maneiras, com conhecimento de instrumentos musicais e dança. Eram as *hetairas*, que participavam dos banquetes em que esposas e filhas não podiam estar, entretendo os homens e inclusive relacionar-se sexualmente com eles. Algumas delas participavam de debates filosóficos, também eram competentes em discussões e de extrema beleza. Acumulavam riqueza, e, muitas delas, se associavam a nomes ilustres, formando casais famosos: Aspásia e Péricles, Timandra e Alcibíades, Leóntion e Epícuro, Tais e Alexandre, o Grande (VRISSIMTZIS, 2002). Percebemos, então, que as restrições sexuais visavam não à mulher em si, mas àquela que seria a esposa do cidadão, já que muitas delas ocupavam um status diferenciado.

Já em Roma, a mulher ocupa importante papel social, vai ao teatro, às festas, faz compras, participa de reuniões políticas, embora se submeta à autoridade masculina. A mulher romana se casava jovem, a partir dos doze anos, em geral com um homem bem mais velho. Era dela a prerrogativa do divórcio e podia manter os bens de solteira que trazia para o casamento.

Quando falamos em sexo para os romanos, é preciso entender como funcionava essa sociedade: era escravocrata, hierarquizada e de predomínio masculino. As relações sociais se

pautavam em regras rigorosamente seguidas, porque sustentavam o poder do cidadão. Consequentemente, esperava-se que o homem livre tivesse iniciativa, liderança, voz de comando e que fosse sempre dominador e ativo. Por outro lado, esperava-se o oposto das mulheres, crianças e escravos; deveriam obedecer e ser socialmente submissos, ou seja, deveriam ser indivíduos passivos.

Este modelo social também era aplicado nas relações sexuais: o homem deveria ser sempre ativo, enquanto escravos e mulheres deveriam ser passivos. Devemos entender que ser ativo sexual significava **penetrar** e ser passivo significava **ser penetrado**. Por isso, em Roma, aceitava-se naturalmente que um cidadão tivesse relações sexuais com um escravo. Entretanto, não poderia quebrar a hierarquia e o papel ativo, que o cidadão deveria ter sempre. Não se admitia que ele tivesse um papel passivo, não estava de acordo com as regras sociais. Era uma postura alterada e artificial (VEYNE, 1987). E esse escravo não poderia ter pelos no corpo, ou seja, deveria estar ainda na puberdade. O crescimento dos pelos dava a ele um status de homem o que o desclassificava como amante do senhor. Em uma sociedade escravagista, o amo exercia seu direito de ser o dono e senhor do escravo, que por sua vez se submetia diante dos desejos dele.

O poeta Artedomiro, em sua obra **Onirocritica** ilustra essa regra, dizendo que as relações sexuais podem ser "com, a, esposa, com uma amante, com um escravo, homem ou mulher. Todavia, ser penetrado por seu escravo não é bom; é uma investida e isso, indica desprezo por parte do escravo" (VEYNE, 1987, p. 40), Ou seja, não se condenava a homofilia como o amor de um homem por seu escravo e sim a quebra da hierarquia. Os homófilos passivos, se não eram escravos, eram expulsos do exército e desprezados pela sociedade. Veyne (1987, p. 41) reforça a naturalidade romana sobre quais relações sexuais eram admitidas:

O horror sagrado pelo pederasta não existia: a homofilia ativa está presente nos textos gregos, bem como nos romanos. Catulo gaba-se de suas proezas e Cícero cantou os beijos que colhia dos lábios de seu escravo-secretário. De acordo com seus gostos, cada qual optava pelas mulheres, pelos rapazes ou por umas e outros. Virgílio ,gostava exclusivamente de rapazes, o imperador Claudio, de mulheres; Horácio repete que adora ambos os sexos.

Havia porém aqueles que de fato se apaixonavam pelo escravo e, querendo prorrogar o envolvimento, fazia com que ele raspasse todos os pelos do corpo para continuar com o aspecto tolerado pelos seus iguais. Exemplificando o cotidiano amoroso em Roma, Veyne (1987, p.46) diz que

um nobre romano tem uma esposa, que trata com consideração, pois depende apenas dela se divorciar, levando seu dote; escravas que, se necessário, são suas concubinas... um pequeno escravo que ele cria, um *alumnus*, em quem extravasa seus instintos paternos e geralmente é seu filho com uma escrava... E um **favorito**, ou todo um batalhão de favoritos: a esposa tem ciúme, o marido protesta dizendo que não faz nada de mal com eles ... A senhora só fica aliviada no dia em que começa a nascer o bigode do favorito: ele deixa de ser adolescente e, passando a ser homem, o amo não mais poderá infligir-lhe tratamento que é considerado indigno para um homem.

Há outras características da sociedade romana que podem ser mencionadas para nos dar uma ideia de como as atitudes e comportamentos sexuais eram muito diferentes daqueles que temos hoje no mundo ocidental. Era comum oferecer dinheiro a uma mulher que era cortejada. Uma honesta matrona não ficaria ofendida com este gesto e nem seria tomada por uma prostituta. O sexo oral era atividade indigna para um homem. Tão grave que, sendo acusado desta prática, um cidadão preferia reconhecer-se homófilo passivo do que praticante de sexo oral. São passagens que surpreendem o leitor leigo, mas que são importantes para entender que, em matéria de atitudes e comportamentos sexuais, não há uma moralidade homogênea e aplicada, sem diferenças, em todas as culturas.

O SEXO NA IDADE MÉDIA

Com as invasões bárbaras e o esfacelamento do Império Romano, surgiram na Europa reinos onde se misturavam os costumes romanos, bárbaros e cristãos. Invasores como os germanos, godos, gauleses e francos se fixavam Europa adentro, assimilando a cultura romana e formando os diversos reinos, que passaram a dar um novo rosto ao mapa da Europa.

A Igreja Católica, que se consolidava, fazia aliança com os nobres convertidos ao cristianismo, levando o povo com eles. Permaneciam, no entanto, apegados aos valores pagãos dos antepassados, principalmente o camponês, que distante das cidades e dos nobres, demorou para assimilar os valores cristãos como regras de vida.

Os bárbaros eram apegados à terra e aos cultos de fertilidade. Portanto, o sexo era prática corrente nos ritos e festas que ocorriam na época da colheita e do plantio. Estes costumes, passados de geração para geração, não foram totalmente erradicados com o advento do cristianismo, daí uma possível explicação para as liberdades sexuais que se contrapunham à moral pregada pela Igreja. O alto índice de mortalidade, devido à peste e às guerras, e a necessidade de nascimentos para que o camponês, tivesse mão de obra para a lavoura também podem ser considerados como estímulos sociais para a liberdade sexual.

De fato, o sexo é natural. As pessoas andavam nuas, homens e mulheres tornavam banhos juntos e, nos quadros, até os santos eram representados nus. Era comum que as mães masturbassem as crianças para que ficassem calmas. Até a obrigatoriedade do celibato para os religiosos não existia. No século XI, padres tinham vida sexual ativa (USSEL, 1980).

No começo da Idade Média, a mulher ocupava importante espaço na Igreja Católica institucionalizada. Abadessas acumulavam riquezas e influenciavam a hierarquia católica até o século XII. Elas perdem poder após esse período, justamente quando tomou corpo uma visão aristotélica da mulher por parte da doutrina da Igreja. Três santos – São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino – fundamentavam a doutrina da Igreja. Dentre outras imposições, determinava que o sexo só deveria acontecer dentro do casamento e com o único objetivo de procriação. Não poderia haver demonstração de paixão entre os cônjuges e ainda, determinaram os pecados contra o corpo:

prostituição, adultério, homossexualidade, auto-erotismo. Determinavam-se também os dias que se podiam ter relações sexuais. A culpa é instalada no imaginário popular, assim como o medo do Inferno. Ainda assim, as práticas sexuais continuaram fazendo parte do cotidiano amoroso de homens e mulheres, pois não era possível de um momento para o outro neutralizar costumes em vigência há séculos.

Somente a partir do século XVI (com maior força no século XVIII), com o advento do **puritanismo**, é que houve mudanças no caráter, na moral e nos valores do homem europeu – notadamente o inglês – que se transformou gradativamente em um homem contido, regrado e controlado.

O PURITANISMO E O VITORIANISMO

O puritanismo, como afirma Leites (1987), não pretendia atingir a sexualidade com suas idéias de autocontrole, constância, apelo à firmeza de sentimento, demonstrar menos emoção. Porém, buscava modificar o homem de comportamento desregrado e de temperamento oscilante, tão comum na Idade Média. Tentou-se integrar sensualidade e espiritualidade, mas o que acabou predominando foi o caráter ascético, que desvalorizou o corpo e a sensibilidade para alcançar a plenitude moral. Consequentemente, o sexo, para os puritanos, também seria desprovido de prazer.

O puritanismo espalhou-se pela Europa e chegou à América, mais precisamente nas colônias inglesas, que posteriormente deram origem aos Estados Unidos. Ele é importante para entender o caráter sexual de homens e mulheres ocidentais nos dias de hoje por dois motivos. O primeiro foi exatamente por causa de seu ascetismo, que facilitou a inserção, na Europa do século seguinte, de uma ideologia médico-social de controle, normatização e classificação de atos, atitudes e comportamentos sexuais. O segundo foi a ética moral da constância de caráter, da introspecção e da formulação de um rígido padrão de comportamento. Não havia mais lugar para a sensualidade e o prazer sexual, que não estavam de acordo com a disciplina sugerida. Indivíduos formados sob a égide do puritanismo, portanto, eram indivíduos seguidores de normas e regras com facilidade, de conter as emoções.

Considerando que a Europa passou, durante os séculos XVI até o XVIII, por uma convulsão social, resultante da Reforma Protestante, da Contra-Reforma e do advento do capitalismo. Nos países católicos e protestantes houve uma chamada para que o povo aderisse a uma nova ordem moral (e sexual), que se opunha à liberdade da Idade Média.

O capitalismo transformou a vida e a sociedade, introduziu um modo de vida fundamentado na produção, exploração do homem, venda da força do trabalho, acúmulo de bens. Enfim... o **ter** submeteu o **ser**. O sexo passou a ser controlado, submetido a regras e normas e, para tal, era necessário uma sustentação científica para justificar essas concepções. Buscando apoio em Foucault (1980, 1984), o saber sexual, vinculado à **ciência sexual** europeia surgida a partir do século XIX, se opôs a uma **arte erótica** que, no oriente visava a satisfação e o prazer sexual.

Cabral (1999) sintetiza muito bem as transformações ocorridas com o advento da burguesia e do capitalismo, que resultaram no pensamento dominante no século XIX.

Primeiro, que a moral:

dessa nova classe que aparecia pautava-se em valores opostos aos princípios morais mais essenciais do mundo feudal. No lugar do princípio de casta, surgia uma radical individualização, novo código da pequena família burguesa. A colaboração, uma das principais características da economia comunal, dava sinais de morte, e em seu lugar nascia a concorrência. As idéias comunais, por fim, sucumbiram aos princípios da poderosa sociedade privada (p. 128).

Numa segunda análise, diz que:

é o início de novas relações de, produção, caracterizadas pela exploração capitalista de um proletariado assalariado. Camponeses arruinados por terem sido expulsos de suas terras, artesãos esmagados pela concorrência, mercenários dos senhores feudais que ficaram desempregados e todos aqueles que fugiam da opressão feudal, livres, mas expropriados de seus meios de produção, vêem-se obrigados a vender sua força de trabalho para não morrer de fome. O burguês, que se originou da produção mercantil, compra esta força de trabalho, pois, para ele, tudo se compra e tudo se vende. A partir daí o homem não só se escraviza no trabalho, como também se aliena nele. É o fim, também, do trabalho artesanal que cede, lugar ao trabalho manufatureiro (p. 128).

São transformações que resultaram não só num novo modo de produção, mas também na ascensão e consolidação da ciência, da tecnologia e da razão, fundindo

as idéias do velho puritanismo com as novas modas intelectuais, formando-se deste modo. um novo sistema moral conveniente às ambições sociais geradas pelo vitorianismo (p.136).

Estava, então, o mundo ocidental preparado para receber, sem contestação uma nova moral sexual, diferente de todas as tendências morais já vistas na História: o vitorianismo do século XIX. Tratava-se de uma ideologia sexual repressora, que nortearia o comportamento e as atitudes sexuais dos indivíduos a partir do século XIX, com reflexos importantes até os dias de hoje.

O século XIX tornou-se o palco ideal para a repressão sexual, baseada em padrões e normas negativistas. e restritivas, que sustentavam o controle sexual pregado pela moral médica: Católicos, protestantes, médicos, educadores, todos se aliavam para normatizar as atitudes e comportamentos sexuais através de postulados pseudocientíficos. Como analisa Loyola (1999, p. 32-33).

o erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família. É na medicina que a sexualidade termina por ser unificada como instinto biológico voltado para a reprodução da espécie e que todos os demais atributos ligados ao erotismo, desde sempre tidos como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial. A sexualidade é assim identificada com genitalidade e heterossexualidade...

O ocidente foi, então, influenciado por uma ciência sexual que instiga o falar sobre o sexo, visando o máximo de conhecimento sobre ele para controlá-lo. Essa é a conclusão dos estudos de Michel Foucault.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX e início do século XXI, a herança médico-cultural do vitorianismo, aliada a um modo de vida consumista e individualista de uma sociedade capitalista e globalizada, nos lega uma concepção de sexualidade ainda limitada, normatizada e geradora de culpa, angústia e ansiedade. Nós, indivíduos do século XXI, ainda sofremos as consequências desta moral anti-sexual rígida, austera, contida que influenciou profundamente as atitudes em relação à sexualidade. É neste quadro que inserimos a questão da orientação sexual na escola. Quando levamos para a escola a tentativa de trabalhar com a sexualidade, levamos junto com essas propostas e projetos toda esta história de repressão e preconceitos.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, J.T. *Sexualidade no mundo ocidental*. Campinas: Papirus, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- JACQ, C. *As egípcias: retratos de mulheres do Egito faraônico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- LEITES, E. *A consciência puritana e a sexualidade moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LOYOLA, M. A. (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999..
- USSEL, J. van. *Repressão sexual*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- VEYNE, P. A homossexualidade em Roma, In: ARIÉS, P. e BEJIN, A. (org.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VRISIMTZIS, N. *Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2002.

Referência do texto: Ribeiro, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). <i>Sexualidade e infância</i> . Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32.
--